

## JUDICIÁRIO

## STF retomará debate de técnica para aborto

Proibida pelo Conselho Federal de Medicina, mas aprovada pela OMS como segura para interrupção de gravidez, a assistolia fetal também está em discussão no Congresso

» LUANA PATRIOLINO

O Judiciário volta de recesso nesta quinta-feira e pode julgar, em breve, um tema que promete causar mais atritos com o Legislativo: a discussão sobre a norma do Conselho Federal de Medicina (CFM) que dificulta a realização do aborto legal no país. A resolução está suspensa por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e ainda não consta na pauta oficial da Corte.

No entanto, o presidente, ministro Luís Roberto Barroso, pode colocar o tema para análise nas sessões extraordinárias que estão “vagas” no sistema do tribunal. A decisão de Moraes começou a ser julgada no plenário virtual do STF, mas foi interrompida por um pedido de destaque do ministro Nunes Marques, o que obriga a apreciação do caso de forma presencial.

A resolução do CFM proibia a utilização de uma técnica clínica — assistolia fetal — para interrupção de gestações acima de 22 semanas após a violência sexual. O método, considerado o mais seguro por entidades médicas, consiste em usar medicamentos para interromper os batimentos cardíacos do feto, antes da sua retirada do útero.

O caso é considerado polêmico e tem relação direta com o que está em análise no Congresso Nacional. Na avaliação de Moraes, há indícios de abuso do poder regulamentar por parte do CFM ao limitar a realização de procedimento médico reconhecido e recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e previsto em lei.

O magistrado afirmou que, aparentemente, o Conselho ultrapassou sua competência regulamentar, impondo tanto ao profissional de medicina quanto à gestante vítima de um estupro uma restrição de direitos não prevista em lei, “capaz de criar embaraços concretos e significativamente preocupantes para a saúde das mulheres”.

A liminar de Moraes levou a bancada evangélica da Câmara dos Deputados a buscar a aprovação

Ed Alves/CB/DA.Press



**Supremo vai julgar se CFM extrapoulo de sua competência ao proibir a assistolia fetal em abortos legais**



**A possibilidade de retrocessos persiste, com a ameaça de novas propostas de criminalização do aborto no Legislativo. A criminalização não elimina o aborto, mas o torna mais inseguro e aumenta o risco de complicações para a saúde das mulheres”**

**Beatriz Alaia Colin, advogada**

de um projeto de lei que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação, mesmo em casos de estupro, ao crime de homicídio. A proposta ficou conhecida como PL do Estupro.

Para a advogada Beatriz Alaia Colin, especialista em direito penal, o STF tem sido um ator fundamental para reafirmar a legalidade do aborto nas hipóteses previstas em lei. “A possibilidade de retrocessos persiste, com a ameaça de novas propostas de criminalização do aborto no Legislativo. Essa perspectiva gera grande preocupação, uma vez que a criminalização não elimina o aborto, mas o torna mais inseguro e aumenta o risco de complicações para a saúde das mulheres”, destaca.

O advogado criminalista Rafael Paiva, especialista em violência doméstica, aponta que o PL do Estupro é inconstitucional. “O Judiciário tem uma interpretação que é pró-direito da gestante. O Legislativo tenta o projeto de lei para haver criminalização.

Se isso acontecer, vamos ter uma posição do STF no sentido de que essa lei seria claramente inconstitucional”, ressalta.

## Direito negado

Na semana passada, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Theresza de Assis Moura, autorizou o aborto a uma menina de 13 anos, que foi estuprada, mas teve seu direito à interrupção da gravidez negado pela Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), que acolheu um pedido do próprio pai.

A menina, violentada por um homem de 24 anos, estava na 25ª semana de gravidez. Ao proibir o aborto, a desembargadora Doraci Lamar Rosa da Silva Andrade, do TJGO, acatou o argumento do pai de que “não há relatório médico que indique risco na continuidade da gestação”, que “o delito de estupro está pendente para apuração” e que a filha estava “se sentindo pressionada pelas imposições do Conselho Tutelar”.

## Abin: ex-secretário falta a depoimento

Edu Andrade/Ascom/ME -10/6/20

O ex-secretário da Receita Federal José Tostes Neto não compareceu, ontem, à sede da Polícia Federal, em Brasília, para depor na investigação da chamada Abin Paralela, que apura uso da Agência Brasileira de Inteligência para espionagem ilegal durante o governo de Jair Bolsonaro.

Essa foi a segunda vez que ele faltou à oitiva. Na semana passada, o depoimento foi adiado a pedido do próprio Tostes. O ex-secretário não deu justificativa para a nova ausência. Por ser investigado no caso, ele não pode ser conduzido coercitivamente à polícia porque tem o direito de não produzir prova contra si mesmo.

Tostes seria questionado acerca da menção feita ao seu nome pelo ex-presidente Bolsonaro em uma reunião entre o então chefe da Abin no governo passado, Alexandre Ramagem, as advogadas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o então chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Augusto Heleno, em agosto de 2020.

Tostes foi citado no momento em que era discutido um plano para blindar o filho mais velho de Jair Bolsonaro na investigação sobre a prática de “rachadinha” (desvio de parte dos salários de assessores parlamentares). Naquele ano, o senador foi denunciado pelo suposto esquema relativo à época em que era deputado na Assembleia Legislativa do Rio



**Tostes Neto foi citado em reunião de Bolsonaro com Ramagem**

de Janeiro (Alerj). A reunião durou uma hora e oito minutos e foi gravada por Ramagem.

Na gravação, o ex-diretor da Abin propôs abrir procedimentos administrativos contra os auditores fiscais que investigaram o senador para anular as investigações, e Bolsonaro concorda. A estratégia foi posta em prática, e o processo contra Flávio foi arquivado em 2022.

“O secretário da Receita é um cara muito bom”, afirma Ramagem em um trecho da gravação. “Ninguém está pedindo favor aqui. É o caso conversar com o chefe da Receita? O Tostes”, diz

Bolsonaro pouco depois.

No depoimento — que não aconteceu —, os investigadores queriam perguntar a José Tostes se ele foi procurado após esse encontro. Na gravação, Ramagem diz que “seria necessária a instauração de procedimento administrativo” contra os auditores, “visando anular a investigação, bem como retirar alguns auditores de suas respectivas cargas.

Bolsonaro sugeriu conversar com o chefe da Receita e depois disse que iria falar com o então chefe do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

para “resolver o assunto”.

O relatório da PF destacou que o ex-presidente fala, mais de uma vez, em usar o cargo para acessar altos funcionários do governo que poderiam ter informações úteis para a defesa. Segundo a corporação, a Receita chegou a abrir uma sindicância interna contra os auditores que levantaram os dados que apontavam a prática rachadinha.

## Arapongagem

A operação da Polícia Federal visa desarticular organização criminosa criada para o monitoramento ilegal de críticos ao governo Bolsonaro. Também é apurada a produção de notícias falsas e utilizando-se de sistemas da Abin. Até o momento, quatro pessoas foram presas.

Após a operação, Alexandre Ramagem negou as irregularidades e afirmou que a PF “despreza os fins de uma investigação” e busca “apenas levar à imprensa ilações e rasas conjecturas”. “Trazem lista de autoridades judiciais e legislativas para criar alvoroço”, escreveu nas redes sociais.

Flávio Bolsonaro alegou que a divulgação do áudio não revela qualquer ilegalidade. “O áudio mostra apenas meus advogados comunicando as suspeitas de que um grupo agia com interesses políticos dentro da Receita Federal e com objetivo de prejudicar a mim e minha família”, comentou o senador. (LP)

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



## Lula aguarda atas para reconhecer vitória de Maduro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está numa saia justa e tenta ganhar tempo para uma tomada de posição em relação à reeleição do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, diante dos indícios de que as eleições foram fraudadas. Sem divulgação das atas das seções eleitorais e/ou eventual recontagem de votos, a tendência do governo brasileiro será aguardar a evolução do processo e somente reconhecer a vitória de Maduro quando isso for inevitável para manter as relações comerciais do Brasil com o país vizinho.

Nesta segunda-feira, a nota divulgada pelo Itamaraty sinalizou nessa direção. As reportagens publicadas pela Agência Brasil sobre as eleições venezuelanas, também. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela proclamou um resultado oficial — sem nenhuma comprovação documental até agora —, segundo o qual Maduro teria recebido 51% dos votos, contra 44% de Edmundo Gonzáles. A oposição contesta esse resultado com base em cópias das atas obtidas por seus fiscais. Gonzáles teria recebido 70% dos votos.

Na sua nota oficial, o Itamaraty destacou o “caráter pacífico” das eleições de domingo e anunciou que “acompanha com atenção” o processo de apuração. “Reafirma ainda o princípio fundamental da soberania popular, a ser observado por meio da verificação imparcial dos resultados”. O assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência, embaixador Celso Amorim, permanece em Caracas e dialoga com o governo e a oposição.

A posição do governo brasileiro, até agora, coincide com a dos Estados Unidos, do México, da Colômbia e do Chile. É a mesma da Inglaterra e da União Europeia. Na Organização das Nações Unidas (ONU), o secretário-geral, António Guterres, apelou “à total transparência” e disse que também aguarda “a publicação oportuna dos resultados eleitorais e a reatificação por assembleias de voto”.

Guterres pediu moderação aos líderes políticos e seus apoiadores: “Todas as disputas eleitorais devem ser abordadas e resolvidas pacificamente, e as autoridades eleitorais devem realizar seu trabalho de forma independente e sem interferência.” O presidente Lula terá um papel de destaque nos próximos dias, porém, está sendo muito pressionado pelos setores à esquerda de seu governo a reconhecer, imediatamente, a vitória de Maduro. Também é atacado pela oposição por não reconhecer a vitória de Edmundo Gonzáles. Lula já exerceu o papel de mediador em outras ocasiões, inclusive durante as negociações para os Acordos de Barbados.

Sem a intervenção do Brasil — em especial, a atuação pessoal do presidente Lula —, o candidato da oposição Edmundo Gonzáles não teria concorrido e a situação seria semelhante à de 2018, quando a oposição boicotou o pleito. O presidente brasileiro também trabalhou nas conversas entre a Venezuela e a Guiana após a crise pela disputa da região de Essequibo, cujos chanceleres se reuniram em Brasília, em janeiro deste ano, com a mediação do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

## Pagou pra ver

Brasil e Colômbia, os dois maiores vizinhos, têm interesses estratégicos a serem levados em conta na crise venezuelana. Não interessa aos dois países que a Venezuela caminhe para uma ditadura aberta e passe a fazer parte de um bloco militar em oposição aos Estados Unidos, liderados por Rússia e Irã, o que poderia levar a uma corrida armamentista na região. A aposta do Brasil não é uma nova guerra fria, é o fortalecimento do multilateralismo.

O impasse na Venezuela está instalado. A oposição, liderada por Gonzáles, não reconhece o resultado. A opositora María Corina Machado, que foi impedida de disputar as eleições, denunciou o resultado e comanda os protestos populares que, ontem, registraram um grande “panelaço” iniciado nas favelas de Caracas. A desorganização da economia e a pobreza generalizada enfraqueceram o governo venezuelano.

Maduro dá mostras de que não cederá às pressões internas nem às internacionais. Em frente ao Palácio Miraflores, sede do governo, em Caracas, proclamou a própria vitória ainda na noite de domingo, que classificou como “triumfo da independência nacional, da dignidade do povo da Venezuela”. Sua disposição é pagar pra ver: “Não puderam com as sanções, não puderam com as agressões, não puderam com as ameaças, não puderam agora e não poderão jamais com a dignidade do povo da Venezuela”.

Desde 2017, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e União Europeia não reconhecem a legitimidade do governo Maduro, que está há 11 anos no poder e pretende ficar mais seis, pelo menos. Segue o roteiro dos regimes autocráticos e “iliberais”, que manipulam eleições para que seus governantes se eternizem no poder. Não à toa, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, foi dos primeiros a endossar a reeleição de Maduro.

O presidente venezuelano pediu que os demais países respeitem o resultado. Ironizou a posição da Casa Branca: “Quando houve o debate em que Donald Trump denunciou que lhe roubaram as eleições nos Estados Unidos, nós não nos metemos nisso”.